

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte folha de São Paulo Class.: 268Data 21 de dezembro de 1978 Pg.:

“A emancipação está na área do debate público”

BRASILIA (Sucursal) — O assessor de imprensa da Presidência, coronel Rubem Ludwig, garantiu ontem que a emancipação dos índios é “um assunto em estudo, como tantos que existem, e está na área do debate público, o que é uma reivindicação de muita gente, ou seja, que os assuntos antes de serem decididos sejam colocados em debate”.

“O índio não foi ouvido — lembraram então ao coronel Ludwig, que retrucou: “Mas vem cá. Vocês não viram o ministro do Interior conversando com os índios sobre isto?”. E os jornalistas: “Mas depois que o projeto estava pronto?”. E o coronel contestou: “Mas, e daí? Entre aprimorar uma minuta e um projeto há uma distância muito grande. Não houve ainda o decreto de emancipação, não houve nada”.

O porta-voz presidencial disse ainda achar que está havendo ‘um pouco de exagero’ neste assunto de emancipação ou não dos índios. “Este tema — explicou — está sendo tratado calmamente, mas há quem pretenda transformá-lo em um problema quase emocional, como se houvesse a intenção de prejudicar o índio no Brasil”.

“Há também o problema — comentou Ludwig — que acontece com outros dispositivos legais. Muita gente é contra, mas você pergunta se eles leram e eles dizem que não, mas mesmo assim são contra. São contra, pelas informações que recebem, mas nem sempre estas informações são as que resultaram de um estudo limpo, sereno, etc”.

MATANÇAS

O porta-voz da Presidência rejeitou, no entanto, a acusação de que haja no Brasil má intenção em relação ao índio, qualificando-a de “uma tremenda injustiça”. E declarou que “pelo contrário, há uma preocupação até em conservá-lo, em preservá-lo, em ajudá-lo, mas isto tudo envolve uma série de opiniões, que às vezes, divergem”.

No período em que serviu como adjunto militar na França, o coronel Ludwig disse que às vezes sentia ser “atacado, quando diziam que massacrávamos índios no Brasil”.

“No exterior se tem uma imagem de que o índio é tratado de outra maneira aqui. Mas vejam: os Villas-Boas viveram trinta e tantos anos no meio dos índios. Que ocorra o fato de um ou outro homem lá no interior, um seringueiro ou um fazendeiro, tenha tido ou venha a ter atrito com eles, isso escapa até à possibilidade de controle do Governo”.

“Eu acho que talvez poucos países do mundo, na sua história, têm uma análise tão positiva como a nossa, em relação ao índio. Nós chegamos a ter um camarada que disse ‘morrer se preciso for, matar, nunca’. Há muitos anos o Rondon disse isso, quando em outras partes do mundo se matava índios”.

Por que os índios não foram atendidos pelo Presidente?, perguntou um repórter.

“Porque os índios apareceram aqui de repente. Vocês são testemunhas da agenda do Presidente. Ninguém pediu audiência ao Presidente, que eu saiba. O Presidente não pode ficar à disposição e qualquer um que apareça aqui na hora e queira ser ouvido, porque ele tem um programa a cumprir”.

O Presidente chegou a ler o documento entregue pelos índios?

“Não sei se ele leu. O documento foi entregue a ele, mas não tenho condições de dizer se ele leu. Mas que isto tem sido considerado, tem” — respondeu o coronel, que completou:

Rangel Reis desmente ordens do Planalto

BRASILIA (Sucursal) — O ministro do Interior, Rangel Reis, desmentiu ontem a notícia de que a regulamentação de alguns dispositivos do Estatuto do Índio — sobretudo a controvertida demarcação de reservas indígenas — tenha sido determinada pelo Palácio do Planalto, como informaram alguns jornais.

Em nota oficial, o ministro afirmou que esses estudos “visam exclusivamente a apoiar o desenvolvimento econômico e social das comunidades indígenas”, acrescentando que agora eles estão sendo reexaminados “sem qualquer precipitação, acolhendo-se sugestões dos que se propõem, de maneira positiva, a oferecer críticas e subsídios”.

A nota conclui esclarecendo que “a oportunidade da aprovação final dessas proposições não é decisão da alçada do Ministério do Interior”.